INTRODUÇÃO:

A "NOVA GERAÇÃO" DE MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS – E A NOVA ONDA DE INTERESSE ACADÊMICO PELO ASSUNTO

Tive oportunidade, recentemente, de discorrer com algum grau de detalhe sobre o percurso dos estudos sobre ativismos sociais urbanos no Brasil, levando em conta, em especial, o tipo e o grau do interesse dos pesquisadores pela dimensão espacial da sociedade (no caso, a "geograficidade" ou "espacialidade" dos referidos ativismos). Não é minha intenção, portanto, repetir aqui o que está contido no trabalho apresentado durante uma mesa-redonda no VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia/ANPEGE e publicado em 2008 nos anais do evento (vide SOUZA, 2008). Desejo, apenas, chamar a atenção do leitor deste número temático da revista CIDADES para alguns pontos em particular.

Alguns esclarecimentos terminológico-conceituais preliminares se fazem, porém, necessários.

Para alguns autores, "tudo é movimento"; em outras palavras: a expressão "movimento social" poderia recobrir e efetivamente recobre tipos de ação coletiva os mais diferentes, independentemente do nível de ambição, do grau de organização e da escala temporal. Entretanto, para outros autores (como, de maneiras diferentes, TOURAINE [1973], CASTELLS [1972] e eu próprio [vide p.ex. SOUZA, 1988, 2006a e 2008]), "movimento" é um termo que deve ser reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente

duradouras particularmente ambiciosas. Para mim, o conceito intermediário entre ação coletiva e movimento é ativismo social: assim como todo ativismo é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um ativismo, todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento social. Conceitualmente, movimento social é um subconjunto de ativismo, que por sua vez é um subconjunto de ação coletiva. Um "verdadeiro" movimento social possuiria um elevado senso crítico em relação ao *status quo* (revelando capacidade de levar em conta fatores "estruturais" e de articular isso com análises de conjuntura, e procedendo à denúncia de problemas profundos como exploração de classe, racismo, opressão de gênero etc.); nisso ele se distinguiria, por exemplo, de ações coletivas coordenadas por organizações clientelistas e com um horizonte reivindicatório pouco exigente (ou até mesmo manipuladas por políticos profissionais), como tem sido o caso de muitas associações de moradores. E os ativismos, em seu conjunto (incluídos, aí, os "verdadeiros" movimentos) se diferenciariam de outras formas de ação coletiva, como quebra-quebras, saques e *lobbies*), por serem relativamente duradouros e organizados (em contraste com quebra-quebras e saques) e por possuírem um caráter público (o que exclui os *lobbies*, pois eles possuem um caráter em grande parte não público).

Particularmente a distinção entre ativismos "que não são (nitidamente) movimentos", de um lado, e "verdadeiros movimentos", de outro, não é, como tenho reconhecido, sempre de identificação trivial, na prática da pesquisa empírica, por várias razões. Entretanto, distinções dessa natureza são importantes elementos de orientação, para que certas diferenças importantes sejam melhor percebidas e teórico-conceitualmente admitidas. É bem verdade que se deve repudiar o uso da categoria "movimento social" como se fosse um filtro mal ajustado e usado indiscriminadamente, servindo para separar, sem grande sensibilidade político-cultural e histórica, as ações coletivas dignas de figurar no panteão da história das lutas sociais (por sua presumida relevância do ângulo da luta de classes, por exemplo), daquelas outras tidas por historicamente irrelevantes (devido ao fato de não serem "estruturalmente importantes", por "diluírem-se no quotidiano", por lidarem com outras questões que não [somente] as relativas à exploração na esfera da produção...). Mas, apesar disso, não ficaríamos conceitualmente um pouco desarmados se, em nome de uma recusa de um determinado tipo de apriorismo conceitual rigidamente discriminatório, simplesmente aplainássemos o terreno e utilizássemos o mesmo termo técnico

e o mesmo conceito para dar conta de coisas às vezes bem diferentes, no que se refere à sua dinâmica, aos seus propósitos explícitos, ao seu grau de questionamento deliberado do *status quo* e às suas implicações?... Não seria, talvez, uma ingenuidade simpática, ou talvez uma falta de coragem intelectual, evitar chamar a atenção para diferenças políticas, apenas para não correr o risco de desvalorizar apressadamente agentes e práticas que podem (vir a) ser relevantes, mas que ainda se acham bastante controlados pelas instituições da ordem social vigente e saturadas de seu imaginário?... Seria tolice pretender negar que ativismos grandes e marcantes muitas vezes começam pequenos e tímidos, e que mesmo os "pequenos e tímidos" podem, inclusive no longo prazo, e quando subsistem por tempo suficiente – ancorados talvez não em organizações de ativistas em sentido usual, mas sim em organizações mais fluidas, criando-se e recriando-se continuamente no quotidiano –, colaborar para transformações notáveis: nos modos de ser e de ver o mundo, nos vínculos com o espaço, nas formas de sociabilidade. Isso não elimina, de todo modo, a conveniência de, com inteligência, buscar identificar e elucidar as diferenças entre realidades diferentes.

Uma outra precisão terminológico-conceitual, que também merece ser mencionada, é a seguinte: para alguns autores, "movimento" quase que é sinônimo de "emancipação" etc.; para outros autores – como eu –, nem todo movimento social é emancipatório, como o demonstram os exemplos históricos do nazismo nos anos 20 na Alemanha e do movimento pela derrubada do xá e pela instalação de um regime teocrático no Irã, que culminou com a revolução de 1979.

De modo sintético, e para ater-se a algo essencial, pode-se dizer que, em se tratando de movimentos sociais emancipatórios, fundados sobre princípios e valores como liberdade, justiça e igualdade (no que se distinguem dos movimentos não emancipatórios, os quais, se bem que também almejem uma superação ou transformação do *status quo*, o fazem embebidos em valores passadistas/nostálgicos e/ou ultrarreacionários, como no caso do romantismo reacionário laico e do fundamentalismo religioso), eles encarnam uma verdadeira *práxis*. Esse horizonte de pensamento e ação – o questionamento profundo da ordem sócio-espacial vigente e a luta por sua ultrapassagem, ao menos em aspectos fundamentais – os diferencia de ativismos "paroquiais", que se circunscrevem à reprodução/perpetuação do *status quo* (contentamento com um "reformismo desfibrado" e com medidas "cosméticas" e paliativas; extrema vulnerabilidade

em face de tentativas de cooptação; práticas clientelistas). Essa *práxis*, entretanto, não é algo de que um único grupo social (ou, mais exatamente, uma única classe social), guiado por uma estrutura organizativa "vanguardista", no estilo bolchevique, seja o portador exclusivo (aliás, muitas vezes, tais estruturas contribuíram antes para solapar a *práxis* que para fomentá-la, a despeito das reivindicações exclusivistas das "vanguardas revolucionárias" de figurino leninista...). É na miríade de formas de organização e práticas sociais (incluídas aí, claro, as práticas diretamente espaciais) dos diversos grupos oprimidos, articuladas em diferentes escalas e esferas da vida e atinentes a agendas distintas, mas potencialmente complementares, que se devem procurar os processos e as dinâmicas de contestação do que existe e de criação real ou propositiva daquilo que ainda não existe – mas que é desejável, que é até mesmo necessário, que é justo, e que poderia/poderá vir a existir.

Apesar de eu não desejar excluir, de antemão, ativismos urbanos que não sejam movimentos em sentido forte do campo de preocupações deste número especial de CIDADES, o interesse dos autores aqui reunidos se dá, pelo que os textos revelam, principalmente por ativismos que, por sua dinâmica e sua agenda, bem podem, de fato, ao menos na sua maior parte, ser qualificados de movimentos, em que pesem as exceções e as diferenças internas ou ao longo do tempo (e, com isso, as possíveis ressalvas). Em todo caso, o que importa salientar é que, nesta Introdução e em outros trabalhos meus, as palavras "ativismo" e "movimento" não são empregadas como sinônimos; o leitor poderá seguramente perceber as diferenças de intenção (maior ou menor amplitude do conjunto de fenômenos considerados) por trás do uso de um ou outro termo. E o mais importante não é, de um ângulo teórico – preocupado com a alimentação das pesquisas ulteriores –, saber se um dado pesquisador conseguiu sempre manejar com felicidade a distinção conceitual entre "ativismo" e seu subconjunto, "movimento", mas sim conceder que a distinção é válida em si mesma, ainda que possa vir a ser mal empregada. Aqui, como tantas vezes na vida, o abuso não desautoriza o uso.

***

Feitas essas considerações terminológico-conceituais preliminares, passemos ao ponto principal.

Os anos 90 assistiram a um relativo desinteresse pelo tema dos ativismos urbanos no Brasil. Isso foi particularmente nítido na Geografia, mas também teve lugar, em menor escala, entre os sociólogos. No que concerne à Geografia, especificamente, o interesse pelos ativismos sociais nunca havia sido mesmo lá muito grande, mas a década de 80 testemunhara (com um atraso de alguns anos em relação à Sociologia brasileira) um certo interesse pelo assunto, o qual redundou na elaboração de umas tantas dissertações de mestrado e teses de doutorado (sejam citados, a título de exemplo, MIZUBUTI, 1986; SILVA, 1986; e SOUZA, 1988). Por outro lado, a primeira década do novo século vem demonstrando um renovado, embora ainda tímido, interesse dos geógrafos urbanos brasileiros pelo tema. E, aliás, não só da parte deles cresce o interesse: apesar de seu pioneirismo e da muito maior quantidade de trabalhos, a Sociologia também vira declinar o envolvimento de seus pesquisadores com a temática já em fins dos anos 80, como se pode observar, sintomaticamente, pela insistência de Ana Clara Torres Ribeiro para que ela não fosse posta de lado (ver p.ex. RIBEIRO, 1991).

Ao nos perguntarmos sobre as razões da gradual retomada do interesse na presente década, nos vemos, quase automaticamente, confrontados com a conveniência de se levar em conta, mais geralmente, as causas das oscilações de popularidade de determinados assuntos nas ciências sociais. Estas sofrem, muito mais claramente que as ciências da natureza, com o problema dos "modismos", ou, em outras palavras, com uma certa "volubilidade" acadêmica: temas e questões são abandonados ou deixados de lado sem que tenham sido "esgotados" – não raro pelo fato de que certos agentes sociais se enfraqueceram. É certo que, diante disso, é lícito, de um ponto de vista ético e político, questionar sobre a consistência (ou mesmo sobre a existência) da "solidariedade" e do "engajamento" dos pesquisadores em face dos sujeitos que compõem e animam seus "objetos"; a queixa, particularmente de ativistas e moradores pobres, de que costumam ser "vampirizados", "usados" pelos pesquisadores acadêmicos se afigura, assim, nada descabida. Há, no entanto, ainda um outro fator de crítica diante dessa "volubilidade": por que há, algumas vezes, tão pouco interesse em investigar as causas da crise ou das dificuldades? Não seria esse um momento, justamente, para aprender algumas coisas fundamentais sobre a dinâmica dos ativismos?...

Seja lá como for, parece que há uma relação evidente entre a força (aí incluída a visibilidade pública) dos ativismos e o interesse acadêmico por eles. É

isso que, talvez em primeiro lugar, promete explicar as diferenças entre os anos 70/80 em relação aos anos 90, e destes relativamente à década atual (os 70 sendo a época de multiplicação dos estudos sobre ativismos urbanos no Brasil, notadamente na Sociologia, e os 80 consistindo a década que, principalmente em sua primeira metade, viu a consolidação dos estudos sobre ativismos urbanos no país, além de ser o momento em que os geógrafos de formação começaram realmente a dar contribuições; a década de 90, como já se disse, foi um período de refluxo, com a atual correspondendo a um período de retomada). Não se pode esquecer que, se a segunda metade dos anos 70 foi o momento de início da "abertura política", após o período de maior repressão do regime militar, "abertura" essa acompanhada de uma avalanche de mobilizações e protestos, a segunda metade dos anos 80 foi o período de começo de crise do ativismo de bairro (aí incluído o ativismo favelado) em muitas cidades brasileiras.[1]

Em todo caso, as diferenças entre países também influenciam. Na América Latina, em matéria de variabilidade do nível e da densidade dos debates, uma comparação entre Brasil e Argentina é muito instrutiva: nos anos 70 e 80, o debate era mais intenso no Brasil que na Argentina, enquanto que nos anos 90 e no começo do novo século, graças a movimentos sociais como os *piqueteros* e as *asambleas barriales*, passou a dar-se o inverso. Na Europa, onde a literatura sobre movimentos sociais conheceu um ponto alto nos anos 70, hoje em dia o interesse é residual, ou pouco mais que isso, apesar de algumas importantes diferenças entre países (o interesse na Inglaterra é maior que na Alemanha, por exemplo).

Os ativismos que, nos anos 70 e 80 (e, em alguns outros países, já nos anos 60) eram chamados de "novos" ("novos movimentos sociais"), já não são, hoje em dia, assim tão novos, especialmente considerando-se o desgaste e o enfraquecimento da década passada. Ao mesmo tempo, as perspectivas críticas que largamente predominaram no Brasil dos anos 70 e 80 (como um certo marxismo de figurino estruturalista), debilitaram-se e praticamente saíram de cena já anos atrás. Tais perspectivas, ou ao menos as matrizes teóricas mais

[1] Note-se que, por outro lado, os anos 90 viram a consolidação e a ampliação da mobilização no campo. É nos anos 90 que a Geografia Agrária brasileira intensifica seu envolvimento com os movimentos do campo, em especial com a organização Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra/MST, envolvimento esse já ensaiado nos anos 80, sobretudo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Anteriormente, geógrafos agrários não conservadores, como Orlando Valverde nos anos 60 e 70, não chegaram a se dedicar ao estudo dos "ancestrais" das atuais organizações dos movimentos camponeses (como as Ligas Camponesas).

influentes (como o Castells de *La question urbaine*, de 1972), atribuíam, em última análise, uma importância apenas secundária aos ativismos urbanos (em comparação com a luta operária, que se desenrola na esfera da produção), e, por conseguinte, a atenção a ser dedicada aos ativismos (definidos, amiúde reducionisticamente, por sua vinculação com a esfera da reprodução da força de trabalho) haveria de ser menor que aquela a ser dedicada ao exame do papel do Estado capitalista e, diretamente, da dinâmica do próprio capital. O interesse de vários dos principais teóricos estrangeiros (sobretudo europeus) pelos "movimentos sociais urbanos" foi, curiosamente, menor do que alguns poderiam imaginar, no frigir dos ovos... Isso não impediu que, em terras brasileiras, tais autores fossem consumidos e abundantemente citados (em geral sem muita contestação; exceções e "desvios" podem ser encontrados em Santos [1981], Sader [1995] e Souza [1988]), mesmo por aqueles que tratavam os ativistas urbanos quase que como sucedâneos ou substitutos do "proletariado". De fato, a literatura que predominou no Brasil, nos anos 70 e 80, foi de tipo empírico, muitas vezes empirista, e o diálogo com as mencionadas matrizes teóricas foi, por ter sido epidérmico, volta e meia um tanto contraditório.

Se os "novos movimentos sociais" já não são mais tão "novos", como entender os ativismos (alguns deles propriamente movimentos) que, nos últimos anos, vêm emergindo e se afirmando como atores relevantes em muitas das nossas cidades – sem-teto, *hip-hop*?... O mais adequado parece ser considerar duas "gerações" dentro do estilo geral trazido pelos "novos" em comparação com os "velhos" (como, em muitos países, o movimento operário do século XIX e das primeiras décadas do século XX). Teríamos, assim, uma "nova" e uma "velha geração" dos "novos movimentos sociais (urbanos)".

No Brasil, hoje, é preciso evitar o erro de importar, sem muita reflexão, referenciais teóricos de outros lugares (ou, às vezes, simplesmente de usá-los como um "adorno" e fator de prestígio em estudos de caso empiristas!). Para isso, é necessário abrir os olhos para as especificidades de cada realidade, em cada escala geográfica. Algumas questões em aberto indicam já a necessária atenção a ser dada a particularidades brasileiras, latino-americanas e da (semi) periferia capitalista em geral:

• O papel do espaço na dinâmica dos movimentos sociais... (Elucidar a "espacialidade" do social ou, mais particularmente, dos movimentos sociais,

promete ser um dos caminhos para se compreender melhor as potencialidades e os limites dos movimentos concretos. E isso pressupõe estar atento tanto para os processos e as dinâmicas em escala mundial quanto para as peculiaridades de cada país e cidade...)

• Movimentos do campo "guiando" e organizando os da cidade?... (Remete a processos, dinâmicas e particularidades na escala do Brasil, em especial, em que uma organização de um movimento de trabalhadores rurais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, chegou ao ponto de patrocinar, em fins dos anos 90, a criação da mais influente organização do movimento dos sem-teto, o Movimento dos Trabalhadores Sem teto/MTST... Que consequências, práticas e teóricas, isso tem tido ou pode ter?...)

• Criminalidade e violência... (A interferência e os efeitos da criminalidade violenta e de atividades ilícitas como o tráfico de drogas de varejo sobre a dinâmica de ativismos urbanos pode ser claramente observada, por exemplo, desde o início dos anos 80 no Rio de Janeiro. Atualmente, trata-se de um fator que, em muitas cidades, não pode mais ser deixado de lado, sob pena de não se entender direito várias características da produção do espaço urbano. Esse fator remete, imediatamente, a processos, agentes, dinâmicas e particularidades na escala, sobretudo, da [semi]periferia capitalista, e mais especificamente de suas cidades; mas, mediatamente, ele também tem muito a ver com processos globais, como a desregulamentação do sistema financeiro que veio facilitar a "lavagem" de "dinheiro sujo".)

• Papel da cultura... (Avaliar adequadamente o papel da cultura, inclusive ou principalmente no contexto das "lutas simbólicas" em torno da ressignificação de espaços, é uma tarefa que remete, analiticamente, ao exame de processos e dinâmicas em escala mundial, a despeito das peculiaridades de cada país e cidade.)

• Economia popular e sustentação econômica das organizações dos movimentos... (Dar a devida atenção às experiências de criação/ativação de circuitos econômicos alternativos – suas possibilidades, suas conquistas, suas limitações e seus dilemas – impõe-se cada vez mais, na medida em que muitas já são as

tentativas, da parte de organizações de movimentos sociais, de protagonizar experiências desse tipo, como estratégia de sobrevivência e ainda para financiarem suas diversas atividades. Remete a processos, dinâmicas e particularidades na escala, sobretudo, da [semi]periferia capitalista, onde circunstâncias econômicas e políticas específicas vêm ensejando, em diversos países, a multiplicação de cooperativas e outras manifestações de "economia popular urbana", que não se confundem com recortes descritivos ou analíticos já estabelecidos como "setor informal" ou mesmo "circuito inferior [da economia urbana]".)

• Como mobilizar o "hiperprecariado"?... (O pensamento marxista clássico – diferentemente, ao menos em parte, do pensamento libertário – via o "lumpemproletariado" [*Lumpenproletariat*, literalmente "proletariado em farrapos"] com desprezo e desconfiança; em contraste com o proletariado organizado, empregado ou temporariamente desempregado – e, assim, parte do "exército industrial de reserva" –, o "lumpemproletariado", constituído por desempregados crônicos e subempregados, simbolizados para Marx e Engels, em uma Europa vitoriana, por prostitutas, ladrões, jogadores, cafetões etc., seria economicamente parasitário e potencialmente reacionário. Especialmente em países [semi]periféricos como o Brasil, o "hiperprecariado" – termo que tenho sugerido em substituição à demasiadamente preconceituosa e redutora expressão "lumpemproletariado" – não se restringe a grupos desviantes em relação à moral burguesa, e muito menos merecem ser considerados como meramente reacionários ou potencialmente reacionários. Os sem-teto brasileiros e, na Argentina – país que, até poucas décadas atrás, não possuía tradição de comportar um "hiperprecariado" muito numeroso –, os *piqueteros*, demonstram que desempregados crônicos e trabalhadores informais podem, eventualmente, exercer um protagonismo crítico e antissistêmico relevante e fecundo. Sem embargo, as dificuldades de organização, decorrentes da pobreza, vulnerabilidade e dispersão ocupacional de seus integrantes, seguem sendo um desafio maior, que demanda pesquisa, reflexão e debate.)

• Como evitar a cooptação em meio a esquemas de participação popular?... (A conversão da "participação", muitas vezes, em um artifício de cooptação e de "coadministração da crise", é uma tendência que remete a processos e dinâmicas em escala mundial, a despeito das peculiaridades de cada país e

cidade. Não obstante, isso não parece justificar uma rejeição apriorística de toda e qualquer experiência participativa, independentemente das circunstâncias concretas – características, agentes e contexto. Refletir sobre as novas lições a esse respeito, nos marcos de uma avaliação realista – e variável conforme a conjuntura – das potencialidades da "luta institucional", em contraposição ou complementarmente à "ação direta", é uma tarefa intelectual particularmente talhada para alimentar debates cruciais para os próprios movimentos sociais.)

As questões acima não são, seguramente, as únicas simultaneamente relevantes e que estão a demandar um tratamento mais aprofundado. Mas estão, com certeza, entre as principais, e para a elucidação de pelo menos algumas delas os trabalhos aqui reunidos se constituem em uma contribuição digna de nota.

***

Como em qualquer periódico científico que se preza, também neste número temático de CIDADES, o critério fundamental para a seleção das contribuições foi a qualidade do texto, independentemente das preferências e filiações filosóficas, teóricas e metodológicas dos autores. E com efeito, como o leitor poderá perceber, há várias diferenças entre os colaboradores do presente número; diferenças de estilo e de enfoque que têm a ver com a variedade de trajetórias, de influências recebidas e incorporadas e, também, de ambientes de vida e trabalho: ao lado de oito brasileiros há um colega alemão, um sul-africano e três mexicanos.

As diferenças não impedem, todavia, que possam ser percebidas igualmente algumas semelhanças. Os autores deste número de CIDADES têm em comum, em maior ou menor grau, para começar, a busca de novas trilhas teórico-metodológicas, diferentes daquelas que modelaram os estudos sobre a "primeira geração" ou "primeira safra" dos "novos movimentos sociais urbanos" nos anos 60, 70 e 80 (com variações significativas de acordo com o país e a disciplina). Já não se trata, por exemplo, de considerar como "estruturalmente secundários" aqueles movimentos que não se definem a partir da esfera da produção (conquanto alguns movimentos cuja identidade se constrói de outra maneira até venham investindo nesse debate, como é o caso do interesse de organizações do movimento dos sem-teto pela fundação de cooperativas e cir-

cuitos econômicos alternativos em geral). O papel da cultura e a dimensão do simbólico, nem sempre devidamente valorizados ou mesmo compreendidos em décadas passadas (provavelmente devido ao peso esmagador do "materialismo histórico" como principal matriz teórica nos ambientes universitários de vários países, na Europa e na América Latina, em detrimento de vertentes críticas não economicistas), por outro lado, passaram a ser destacados nos últimos anos, seguindo uma tendência que já se anunciara nos anos 80. É bem verdade que, na conjuntura que se anuncia a partir das décadas de 80 e 90, o risco de uma simples inversão vulgar, substituindo-se o economicismo pelo culturalismo, é um perigo latente, muitas e muitas vezes tornado um problema manifesto... Contudo, uma distorção hipersimplificadora não deve ser invocada para legitimar a perpetuação de outra, e é por isso, portanto, que não se deve deixar de saudar, embora com sobriedade e cautela, os fatos de o economicismo vir sendo relegado ao passado e de a cultura vir sendo mais valorizada.[2]

Além disso, outro traço comum é a preocupação com o espaço, o que parece, aliás, fazer justiça a uma característica dos próprios movimentos sociais da "segunda geração" dos "novos movimentos sociais urbanos", característica essa notada enfaticamente pelo jornalista e estudioso uruguaio de movimentos sociais Raúl Zibechi, ao apreciar as dinâmicas de diversos movimentos latino-americanos: "[l]as nuevas territorialidades son el rasgo diferenciador más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica" (ZI-

[2] Com esse "vir sendo relegado ao passado" não desejo expressar nenhuma crença a respeito da irreversibilidade do fenômeno – o qual, de resto, ainda por cima está longe de ser absoluto. Nas ciências sociais, fatores extra-acadêmicos frequentemente fazem com que abordagens ou perspectivas que se supunham "ultrapassadas" às vezes retornem com força total, décadas depois de "entrarem em coma" ou mesmo terem o seu "óbito" decretado. Um exemplo bem didático é fornecido pela Economia, com o destronamento do pensamento neoclássico pelo keynesianismo, amplamente hegemônico nas décadas de 40, 50 e 60, até ser, nos anos 80 e 90, eclipsado pelo neoliberalismo (cujos fundamentos teóricos são tributários do legado neoclássico); por fim, hoje em dia já se percebe claramente uma exumação da herança keynesiana (e tudo isso sem esquecer que, "pela raia de fora", nunca deixaram de correr representantes de enfoques econômicos radicalmente críticos do capitalismo liberal, como o marxismo). No que tange ao estudo dos movimentos sociais, a valorização da dimensão cultural e o distanciamento (fortemente influenciado pela moda "pós-moderna" que então começava a se instalar) que o próprio Manuel Castells, no começo dos anos 80 (cf. CASTELLS, 1983), revelou em face do economicismo anterior de *La question urbaine* (CASTELLS, 1972), não deve fazer esquecer que o simbólico já vinha sendo focalizado e o papel da cultura já vinha sendo valorizado, às vezes de um modo tipicamente culturalista, mas às vezes não (vide p.ex. TOURAINE, 1973).

BECHI, 2007, p. 26) – e com isso Zibechi se refere à derrota na esteira do avanço das políticas econômicas neoliberais e do neoconservadorismo nos anos 80 e 90. Vários dos movimentos urbanos mais destacados da "nova geração", como os *piqueteros* argentinos e os sem-teto brasileiros, têm no espaço uma fonte de referência identitária essencial ("lugares" como o bairro/*barrio*, a periferia...), um símbolo e uma síntese de sua agenda de demandas (habitação, equipamentos de consumo coletivo, desestigmatização sócio-espacial...), um componente crucial de sua organização (territórios imediatos de atuação como espaços privilegiados de mobilização e/ou arenas de confronto primário com as forças repressivas do Estado: espaços segregados, estradas bloqueadas...) e, como se isso não bastasse, diversas práticas espaciais insurgentes lhes fornecem, também, componentes essenciais de seu repertório de formas de protesto e resistência (ocupação de imóveis, bloqueio de estradas, marchas e outras modalidades de territorialização temporária de espaços públicos...). É compreensível, assim, que o interesse pela espacialidade se mostre, também, mais nítido e diversificado (e, diga-se de passagem, não apenas na América Latina). Compare-se essa situação com a dos anos 70 (por exemplo, com o Manuel Castells do influente livro de 1972, que, embora tivesse voltado sua atenção para o espaço, terminou por secundarizá-lo em sua estrutura teórica, assim como fez com os próprios movimentos sociais), e não será difícil notar uma mudança das mais interessantes.

Entre os brasileiros, a presença de seis autores bastante jovens (Eduardo Tomazine Teixeira, Glauco Bruce Rodrigues, Nécio Turra Neto, Rafael Gonçalves de Almeida, Matheus da Silveira Grandi e Marianna Fernandes Moreira) é sintomática da recente retomada do interesse pelo assunto dos movimentos sociais urbanos no Brasil, bem como da renovação dos estudos a esse respeito.

Em seu artigo, Marcelo Lopes de Souza e Eduardo Tomazine Teixeira se debruçam sobre o "léxico espacial" do movimento dos sem-teto, em especial aquele do Rio de Janeiro. O texto busca analisar as palavras/noções que compõem o vocabulário do movimento, vocabulário esse que é, em grande parte, diretamente espacial; além disso, o trabalho contém, igualmente, uma breve reflexão sobre os topônimos criados e propostos pelo movimento, em seu esforço de, para além de territorializar certos espaços (ocupando-os fisicamente), também "relugarizá-los", isto é, transformar a imagem dos "lugares" (ressignificando-os, denominando-os de maneira política e culturalmente alternativa e insurgente).

Rafael Gonçalves de Almeida, Matheus da Silveira Grandi e Marianna Fernandes Moreira, por sua vez, examinam a organização espacial no interior de uma ocupação de sem-teto do Rio de Janeiro, mostrando como são divididos, vivenciados e valorizados os diferentes subespaços de acordo com o seu uso. Trata-se de um "trabalho de relojoeiro", que lida com uma escala diminuta – a escala de uma construção, de um edifício, e que eu tenho denominado de escala dos "nanoterritórios" –, a qual muito pouco foi valorizada por geógrafos de formação.

Glauco Bruce Rodrigues, que preparara uma dissertação de mestrado sobre a dimensão espacial do *hip-hop* (defendida em 2005 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ), procura esquadrinhar, dentro dos limites de um artigo, o papel desse movimento político-cultural, com destaque para a sua "espacialidade". O autor procura demonstrar, com a ajuda da análise da constituição de um ativismo social que se apropria simbólica e materialmente do espaço urbano através de suas práticas (a música – o *rap*; a dança – o *break*; e as artes plásticas – o grafite) que espaço e relações sociais são indissociáveis. Seu propósito é, ademais, contribuir para a compreensão das cidades brasileiras mediante o exame das práticas espaciais dos jovens que integram um movimento político-cultural, o que permite lançar luz sobre determinadas questões e considerar certos aspectos que não são levados em conta quando a análise da dinâmica sócio-espacial urbana se restringe a uma investigação e discussão do papel do capital e do Estado capitalista como "agentes modeladores".

Nécio Turra Neto, de sua parte, também se ocupa do *hip-hop*, mas também dirige sua atenção para um outro movimento, o *punk*. E não é somente nesse sentido que ele oferece uma contribuição, por assim dizer, dupla: além de apresentar brevemente os movimentos *punk* e *hip-hop*, por ele estudados com a ajuda do conceito de "cena" e tendo como referência empírica imediata a cidade paranaense de Guarapuava, também avança alguns cotejos entre os dois, como brevemente já o fizera, aliás, em sua tese de doutorado (defendida em 2008 junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente). Ambos, *punk* e *hip-hop*, são movimentos político-culturais que, ao mesmo tempo, podem se manifestar sob a forma de "cenas" mais ou menos efêmeras, vinculadas a grupos de jovens, e mantêm, em todo caso, uma certa "constância" ao longo do tempo, por meio de redes espaciais informais supralocais (internacionais) que conectam redes de sociabilidade em escala local. Por isso (e não

"apesar disso") – e, obviamente, acima de tudo pelo conteúdo contestatório que apresentam –, estamos diante, em princípio, de movimentos sociais (conforme Glauco Bruce Rodrigues deixa claro em seu texto sobre o *hip-hop*), ainda que a literatura sobre movimentos sociais tenha, muitas vezes, estreitado as possibilidades de compreensão conceitual do *punk* e do *hip-hop* enquanto tal. No entanto, será que o *hip-hop* e o *punk* poderiam ser, também em uma cidade média como Guarapuava, compreendidos dessa forma?... É uma dúvida que Turra Neto prefere deixar no ar.

Angelo Serpa objetiva, com seu artigo, examinar as relações entre ativismos sociais, de um lado, e manifestações da cultura popular no quotidiano, de outro. Ele faz isso com base em estudos empíricos realizados em bairros populares de Salvador, cidade onde o autor vive e trabalha. Como observa Angelo, formas de organização popular que se estruturam a partir da cultura e de manifestações (ou demandas) culturais não costumam ter o seu *status* de "movimento social" reconhecido. Contudo, o fato de terem sido frequentemente menosprezadas pela pesquisa acadêmica sobre "movimentos sociais" dá muito menos testemunho da desimportância político-social dessas manifestações populares que sobre a inadequação das lentes analíticas geralmente empregadas no universo acadêmico especializado. Nesse sentido, o trabalho de Angelo Serpa presta, juntamente com o de Glauco Bruce Rodrigues sobre o *hip-hop* e o de Nécio Turra Neto sobre o *hip-hop* e o *punk* (e, em um patamar de maior generalização, também o de Stephan Lanz, que será apresentado mais adiante), o grande serviço de colaborar para a ampliação dos horizontes teórico-conceituais do mundo da pesquisa sobre ativismos sociais.

Efraín León Hernández, Kátia Meave Ferniza e Alain Ramos García são três jovens pesquisadores mexicanos (além de ativistas intensamente envolvidos com diferentes organizações de movimentos sociais). Eles apresentam, em seu artigo, a ideia de *proyección territorial comunitaria*, que poderíamos, em português, traduzir como "planejamento espacial comunitário". A análise toma por referencial empírico organizações pertencentes ao Movimiento Urbano Popular (MUP) na Cidade do México, e é propósito expresso dos autores mostrar "os movimentos sociais e comunidades organizadas a partir de sua capacidade enquanto planejadores do espaço rural e urbano". Trata-se de uma perspectiva que, ao valorizar o papel proativo dos movimentos sociais e de suas organizações, inclusive a sua capacidade e as suas realizações na qualidade de "planejadores", guarda forte se-

melhança com aquilo que, há vários anos, venho designando como "autoplanejamento", em analogia com a autogestão (ver, principalmente, SOUZA, 2006a e 2006b) – se bem que, na prática, um "planejamento espacial comunitário" pode, seguramente, ser conduzido de uma forma menos ou mais "vertical", e não "horizontal", com isso contendo elementos de "heteroplanejamento", mesmo quando se trata de uma iniciativa *bottom-up* e independente do Estado... Explicando melhor: nem todo planejamento crítico, isto é, não conservador, comprometido com uma mudança sócio-espacial rumo a mais justiça e igualdade, é, necessariamente, um planejamento insurgente (pois o primeiro até pode ser conduzido pelo Estado em conjunturas especiais, determinadas pela pressão popular, mas o segundo nunca, sendo, por sua lógica, um atributo exclusivo dos movimentos emancipatórios), e muito menos um verdadeiro "autoplanejamento", radicalmente "horizontal" e não autoritário.

Stephan Lanz, por outro lado, vem de um país onde os movimentos sociais já desempenharam um papel muito relevante (do movimento operário do século XIX e das primeiras décadas do século XX até o movimento estudantil dos anos 60, os *squatters* dos anos 70 e 80, o movimento pacifista e contra a energia nuclear dos anos 70 e 80), mas onde hoje predominam a pouca mobilização e a desorientação (vide GRONEMEYER, 2005). Ao mesmo tempo, seu olhar arguto nos oferece um panorama interessante sobre a América Latina – continente que, para todos aqueles que por razões acadêmicas e políticas se interessam pelos movimentos sociais emancipatórios, tem sido um viveiro rico de experiências as mais variadas. Stephan Lanz é um daqueles alemães que, como Tilman Evers e vários outros no passado (vide, por exemplo, EVERS et al, 1985), se debruçam sobre a realidade dos movimentos latino-americanos com inteligência e sensibilidade. Essa sensibilidade se revela, por exemplo, na hora de, sem negligenciar as dimensões econômica e política da sociedade, saber valorizar também a dimensão cultural, aliás "politizando-a". Stephan critica, convincentemente, o referencial "*urban movements*", na interpretação de Manuel Castells, devido ao papel de "coador analítico" que, ao ser operado de maneira bastante etnocêntrica pelo sociólogo espanhol, tal referencial desempenhou. Mesmo o leitor que não concorde inteiramente com a abordagem conceitual embutida no trabalho de Stephan e que perceba que o debate em torno das maneiras de se lidar teoricamente com uma realidade tão profundamente heterogênea está muito longe de se ter

"esgotado" – mesmo esse leitor haverá, certamente, de admirar a consistência e a força argumentativa do artigo.

Por fim, Richard Pithouse é outro colega estrangeiro, desta vez da África do Sul, que igualmente nos oferece a chance de apreciar um "outro olhar" e conhecer melhor outras experiências. No caso de Richard Pithouse, contudo, sua atenção não se volta para a América Latina, mas sim para o seu próprio país, onde ele é um dos mais brilhantes estudiosos de movimentos sociais e, ao mesmo tempo, um dos organizadores de uma das mais interessantes organizações, Abahlali baseMjondolo (que é o centro de seu interesse em seu artigo), cujas ações se concentram em Durban, mas que desenvolve ações e projetos também em outras cidades sul-africanas. Para os estudiosos e ativistas brasileiros, há anos me parece que não somente o diálogo com a realidade latino-americana, mas também com a sul-africana, é altamente enriquecedor e promissor. Provavelmente o artigo de Richard Pithouse contribuirá para disseminar essa impressão.

Os colegas estrangeiros contribuem, com suas perspectivas distintas (parcialmente derivadas de *loci* de construção discursiva distintos entre si e, em conjunto, distintos da realidade latino-americana em geral, e brasileira em particular), uma oportunidade de enriquecimento do próprio debate brasileiro. E é de se esperar que, para esse debate, este número temático de CIDADES possa contribuir de maneira significativa.

***

Por último, uma nota sobre a grafia da palavra "sócio-espacial"/"socioespacial" adotada neste número temático, de comum acordo com os autores.

Conforme sublinhei em diversos trabalhos, inclusive em um miniartigo destinado exclusivamente a dirimir essa dúvida ("Em torno de um hífen", publicado no número 15, volume 1 da revista Formação [Presidente Prudente], p. 159-161), existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. "Socioespacial", sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, "sócio-espacial", com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espa-

ço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade). Uma tal distinção só seria supérflua se se partisse da absurda premissa de que a categoria espaço social se confunde ou se superpõe inteiramente com a própria categoria sociedade, em vez de dela ser um "subconjunto" (ou seja, como se o espaço social, inflacionado em seu conteúdo a ponto de tornar desnecessário o conceito de sociedade, abarcasse, sem maiores sutilezas, do substrato espacial material aos próprios seres humanos, passando pelas relações sociais). É lógico que distinções rígidas e cartesianas entre espaço e relações sociais não fariam justiça à complexidade dos vínculos entre ambos. Mas algum tipo de distinção é necessário, a exemplo de outras distinções que, igualmente dizendo respeito a níveis interdependentes da realidade humano-social (indivíduo/sociedade, psique/sociedade...), expressam de maneira conceitualmente enriquecedora uma tensão, uma dialética.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. *La question urbaine*. Paris: François Maspero, 1972.

_____. *The City and the Grassroots*. A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1983.

EVERS, Tilman et al. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro et al (Org.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 1985 (1981). P. 110-164 (= CEDEC/Paz e Terra, n.° 5).

GRONEMEYER, Marianne. Soziale Bewegungen im Dilemma. In: ENGELKE, Rolf et al (Org.). *Soziale Bewegungen im globalisierten Kapitalismus*. Bedingungen für emanzipative Politik, 2005. P. 9-17.

MIZUBUTI, Satie. *O movimento associativo de bairro em Niterói*. 1986. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS [s.n.], p. 95-121, 1991.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 (1988).

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

SILVA, José Borzachiello da. *Movimentos sociais populares em Fortaleza: Uma abordagem geográfica*. 1986. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O que pode o ativismo de bairro?* Reflexão sobre as limitações e po-

tencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *A prisão e a ágora*: reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. *Together with* the state, *despite* the state, *against* the state: Social movements as "critical urban planning" agents. *City*, 10(3), p. 327-42, 2006b.

_____. Ativismos sociais e espaço urbano: um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñón de et al (Org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina/ANPEGE/CLACSO/ FAPERJ, 2008. P. 367-84.

TOURAINE, Alain. *Production de la société*. Paris: Seuil, 1973.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones*: América Latina en movimiento. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2007.

MARCELO LOPES DE SOUZA
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)
Universidade Federal do Rio de Janeiro